



Esta obra está licenciada con una Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ISSN 2175-9596



CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA NO SUL GLOBAL: POR UMA PERSPECTIVA SITUADA

Capitalismo de vigilancia en el Sul Global: por una perspectiva situada

Surveillance capitalism in the Global South: from a situated perspective

Rafael de Almeida Evangelista^a

^(a) Doutor em Antropologia Social, pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (MDCC/Unicamp). E-mail: rae@unicamp.br.

Resumo

Este texto busca amarrar o conceito de capitalismo de vigilância, como formulado por Shoshana Zuboff e a ideia de saber localizado, de Donna Haraway. A partir dessa confluência advoga por uma interpretação crítica dos conceitos trabalhados pelos estudos em vigilância e propões o entendimento do papel do Sul Global no capitalismo de vigilância, questionando suas especificidades locais.

Palavras-chave: Capitalismo; Internet; Economia; Poder; Big Data.

Resumen

Este texto busca amarrar el concepto de capitalismo de vigilancia, como formulado por Shoshana Zuboff y la idea de saber localizado, de Donna Haraway. A partir de esa confluencia aboga por una interpretación crítica de los conceptos trabajados por los estudios en vigilancia y propones el entendimiento del papel del Sur Global en el capitalismo de vigilancia, cuestionando sus especificidades locales.

Palabras clave: Capitalismo; Internet; Economía; Poder; Big Data.

Abstract

This text seeks to tie the concept of capitalism of vigilance, as formulated by Shoshana Zuboff and Donna Haraway's idea of situated knowledge. From this confluence, it advocates towards a

critical interpretation of the concepts worked out by surveillance studies and ask for an understanding of the role of the Global South in surveillance capitalism, questioning its local specificities.

Keywords: *Capitalism; Internet; Economy; Power; Big Data.*

Começo aqui explicando um pouco do caminho da minha fala, meus objetivos, e relacionando esses com o evento em si, com este Simpósio. Para isso quero passar aqui por dois conceitos, que considero importantes, relacionando-os entre si. Por meio deles falar sobre a importância da Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS) e de um evento como esse, que temos conseguido realizar anualmente. Os dois conceitos são a ideia de saber localizado, como trabalhado por Donna Haraway (2009), e a ideia de capitalismo de vigilância, como tão bem trabalhado por Shoshana Zuboff (2015). A partir deles quero desenhar como hipótese os efeitos particulares da emergência de uma sociedade da vigilância na América Latina, um lugar tão marcado pelas diferenças sociais.

O que me atrai na ideia de uma Rede Latino-Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade é que acredito que ela concentra uma ideia de especificidade. Uma especificidade que se desdobra em possíveis processos de identificação política, tanto para o estudo como para a ação. E que se relaciona com a inserção periférica e colonizada que nossos países têm em relação aos centros globais que disputam o poder.

A conversa que vou fazer aqui hoje tem a ver com uma reflexão que parte dos lugares. Lugares que são também lugares geográficos e institucionais e, embora não sejam mecanicamente determinados por eles, se reduzam a eles ou nos sirvam de amarras. Penso que é justamente quando nos distanciamos em nosso sentimento de pertencimento a esses lugares que perdemos a nossa força, que temos dificuldade em conversar com as pessoas ao nosso lado. Como pesquisadores que falam sobre temas e questões vistas a partir de uma perspectiva para o futuro, e de antecipação de consequências, muitas vezes acabamos soando como alarmistas, assustadores, ou delirantes, quando não irrelevantes. Ou seja, penso que nosso discurso e nossas preocupações de pesquisa acabam soando mais exóticos quanto mais assumimos um lugar que se pretende neutro ou universal. Com isso não estou propondo uma amarração que nos prenda à análise de cenários locais. Quero, sim, começar a refletir sobre a universalidade de alguns conceitos que trabalhamos em nosso campo, o quanto cabe pensar em outros ou considerar especificidades.

Como eu estava dizendo, estou tentando empregar esses termos aqui pensando no texto da Donna Haraway sobre saberes localizados. É um texto em que ela tenta se distanciar, ao mesmo tempo, tanto de um cientificismo universalista quanto de um relativismo absoluto. O universalismo, na sua ambição, tem o problema de que, ao pretender falar de um não-lugar, ou produzir uma verdade que seja a mesma para todos, acaba mascarando o fato de que ele fala sim a partir de um lugar. E quase sempre é de um lugar central e de poder. Já o relativismo, por sua vez, que a Haraway também combate, traz quase uma desistência da possibilidade de se estabelecer conversas. Acaba sendo irmão, um inverso simétrico do universalismo, só que fraco, sempre à margem e enredado em si mesmo, já que vive do particular. Ambos falam somente para si.

Mas o que isso tem a ver com vigilância, privacidade, liberdade e igualdade? Minha aposta é que esses conceitos não devem ser pensados de pronto como categorias universais. E meu ponto é que a natureza e os efeitos de tecnologias de vigilância e do Big Data precisam ser pensados a partir das diferentes posições sociais. Quero lembrar que essas tecnologias e as práticas culturais em torno delas não funcionam e não afetam igualmente a todos, a todos os países, a todos os gêneros, a todas as etnias e a todas as classes. Embora o Big Data, por exemplo, seja uma tecnologia que pretenda a maior captura possível de informações sobre todos os sujeitos, objetos e processos de todos os lugares, ambicionando o conhecimento de tantas instâncias quanto for possível captar e procurando por uma generalização de propósito instrumental, as tecnologias do Big Data e os algoritmos que nela operam foram construídos para objetivos específicos, planejados por segmentos sociais determinados, e financiados por setores que tem suas expectativas de retorno para essas tecnologias, especialmente de retorno financeiro. É preciso levar a sério a ideia de que as tecnologias são construções sociais e culturais, pois isso tem implicações que derivam da propagação de seu uso.

Por isso acho importante lembrar de onde estou tentando falar e com quem estou me juntando para conversar. Falo como pesquisador de uma universidade pública brasileira, a Unicamp, com preocupações de alguém que vive em um país periférico ao sul do globo, pensando no destino de trabalhadoras e trabalhadores que vivem um cotidiano de crescente instabilidade econômica, se sustentando na precariedade e fragilmente. E eu falo e trabalho a partir de diálogos com essa rede de pesquisadores de que participo, de investigadores dos temas gerais da vigilância, mas que se reúne no lugar institucional de uma rede que se coloca com preocupações latino-americanas.

Há uma questão contemporânea extremamente importante na expansão do Big Data e dos mecanismos de vigilância eletrônica que penso que se relaciona com um crescimento ainda maior das assimetrias de poder, em diversos níveis. Estou falando tanto das assimetrias entre indivíduos e empresas e governos, por exemplo, como em assimetrias entre as próprias empresas e entre países. Assimetrias entre aqueles que concentram e fazem uso das grandes bases de dados e da inteligência produzida e aqueles que não têm o mesmo acesso ou são apenas alvo.

Aqui quero trabalhar com a ideia de capitalismo de vigilância, como conceituada por Shoshana Zuboff. Ela aponta o surgimento de uma forma nova de capitalismo informacional que “objetiva prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir lucro e controle de mercado. O capitalismo de vigilância gradualmente foi se constituindo durante a última década, incorporando novas relações sociais e políticas que ainda não foram bem delineadas ou teorizadas”. Para Zuboff, as tecnologias do Big Data são centrais nessa nova modalidade do capitalismo e elas se fundam numa indiferença formal com relação às populações. Toda a produção informacional interessa, não importa se voluntária e verbalizada, como uma busca na internet, ou algo captado por um sensor, como o deslocamento despreocupado pela cidade com o celular no bolso. E as populações são, ao mesmo tempo, fonte de extração de dados e alvo final dos sistemas construídos a partir desses dados. Extração de dados que são pessoais e populações que são alvo final das tentativas de modificação de comportamento.

Nesse sentido, outra característica bastante importante é que todo tipo de automação deriva em uma característica informacional. Explico. Até recentemente, a automação era muito mais incisiva nos espaços de trabalho. Era o impulso da indústria por otimização de recursos e eficiência que levava ao uso de tecnologias de automação com operação informacional e registro informacional de suas atividades. Significou inserir mediação computacional em operações que, como diz Zuboff, simbolicamente tornam eventos, objetos e processos visíveis, conhecíveis e compartilháveis de maneira nova. Hoje, a automação não encontra limites, está certamente nos espaços de trabalho, os quais são difíceis de serem imaginados prescindindo de algum tipo de automação, mas está também nas relações sociais, na educação, na saúde, na circulação pelos espaços da cidade.

O texto de Zuboff é muito certo, tanto no uso de suas fontes de informação, baseado em artigos de cientistas da indústria da informação, quanto no diagnóstico do atual modelo, que se baseia na

compilação de dados informacionais, na extração e em sua análise.

Mas há outro ponto importante, o qual Zuboff trata, que nos ajuda a mostrar também os efeitos da vigilância acabam atingindo principalmente os mais pobres. Um deles é a reflexão que ela faz sobre o futuro dos contratos, em que os contratos tradicionais dão lugar aos contratos inteligentes. Como comentava, a automação e o processamento informacional tornam-se parte de um conjunto amplo de relações cotidianas. No capitalismo de vigilância, passamos a ser monitorados por dispositivos informacionais o tempo todo e isso permite a emergência dessa ideia de inteligência cibernética. O monitoramento inteligente, que é um controle informacional, garante muito mais efetividade, porque opera de outras formas, mais diretas, se estamos ou não seguindo um determinado comportamento, se o contrato está sendo cumprido. A tendência seria, então, segundo Zuboff, da emergência de novas formas contratuais, que ela inclusive diz que são não-contratos. A forma tradicional desses compromissos legais é baseada na incerteza e no compromisso mútuo, uma relação de relativa confiança mediada por um terceiro, a Justiça. Esses contratos tradicionais tenderiam a ganhar um papel secundário no futuro, dando lugar ao monitoramento maquínico do contrato inteligente¹.

Por exemplo, imaginemos um plano de saúde que, como condição para oferecer preços mais baixos, ofereça ao cliente o uso ininterrupto de uma pulseira de monitoramento cardíaco. Antes, a empresa podia apenas recomendar ao cliente que se exercitasse três vezes por semana por pelo menos 30 minutos ao dia para manter uma vida saudável pelo seu próprio bem. Com a pulseira, que sincroniza dados com os computadores da empresa várias vezes ao dia, a empresa tem como estar certa de como o cliente se comportou, se fez exercícios ou não, verificando os batimentos cardíacos. Se o cliente não cumpriu o “recomendado” então os preços, automaticamente, podem subir. O risco da empresa cai consideravelmente, pois dá preços mais altos aos sedentários. Essa condição ela verifica ao vigiar a que velocidade bate o coração do segurado.

Parece claro que aqueles que podem pagar, que têm mais dinheiro, podem se dar ao luxo de se eximir desse tipo de vigilância pela máquina. Podem optar, por exemplo, por seguros não monitorados, já que têm condições financeiras para isso. Contratos nos quais a empresa corre mais riscos controlam

¹ Cabe aqui um comentário sobre a expressão contrato inteligente. Zuboff fala, na verdade, em “smart contract” para referir-se aos protocolos computacionais envolvidos na efetivação de um contrato ou negociação. Opto aqui por utilizar a expressão “inteligente” para manter a mesma chave de expressões como “cidades inteligentes” traduzidas de “smart cities”. Trata-se do mesmo tipo de “inteligência” computacional, aquela envolvida na coleta e processamento de informações.

menos o cliente tendem a ser mais caros. A opção pela privacidade, por não ter seu corpo invadido e monitorado, vira artigo de luxo.

E aí entro no meu segundo ponto. É preciso pensar o impacto diferencial que essas tecnologias adquirem frente a populações periféricas. Falo em periféricas pensando nos mais variados grupos; os trabalhadores precarizados que hoje formam o grosso do mercado de trabalho; as mulheres e os outros gêneros que sofrem das diversas estigmatizações sociais e profissionais; os imigrantes internacionais em busca de trabalho; e refugiados diversos, que sofrem com a discriminação ao cruzarem fronteiras, agora informatizadas, ou a andarem pelas ruas do país que os recebem. Já foi demonstrado que as minorias étnicas são os alvos principais de algoritmos que ambicionam prever e impedir comportamentos violentos. Esses grupos são criminosos antes de cometerem qualquer crime (O'Neil, 2016).

Boa parte da literatura internacional sobre tecnopolítica e vigilância tem sido feita a partir dos países centrais. É claro que isso não é em si um problema, mas me parece que pensar esses temas a partir dos países periféricos, temas que tem a ver com tecnologias de alcance global, nos obriga a pensar em especificidades e ênfases diferentes, ainda que em alguns momentos trabalhemos com mesmos conceitos. A ideia de capitalismo de vigilância, por exemplo, interessa porque fala da operação de uma lógica de acumulação cuja estruturação global está em processo. Além disso, o conceito pode permitir uma conversa sobre novas ou renovadas assimetrias de poder. Cabe perguntar como se desenha a atual geopolítica da vigilância, por exemplo, vigilância em seus aspectos políticos, mas também em sua relação lógica com os blocos econômicos. O que o vazamento de Snowden nos mostrou foram blocos políticos em ações de inteligência, obviamente, mas também em ações de espionagem econômica em favor das empresas e interesses desses países. É público que tentativas de implementação de políticas de exploração de petróleo brasileiras foram alvo de espionagem (Greenwald, 2014). E agora, recentemente, foram noticiadas as visitas de autoridades inglesas, representando empresas daquele país, negociando com representantes políticos brasileiros que atuaram para a derrubada do governo anterior (Vaughan, 2017).

Falei lá no começo sobre possíveis especificidades do capitalismo de vigilância. Um fato a se notar é que a existência de uma malha informacional sobre os territórios é um processo mais avançado nos países centrais do que nos países pobres. Está relacionada ao poder de consumo dos indivíduos. As

populações dos países pobres não têm a mesma estrutura de acesso à internet, por exemplo, do que a dos países ricos. Isso faz com que a inclusão digital, política que sempre tomamos como nobre e potencialmente emancipadora para as populações, se torne ela mesma parte da missão das empresas ligadas ao capitalismo de vigilância. Projetos como o internet.org do Facebook, por exemplo, precisam ser entendidos em conjunto com os interesses empresariais, com as possibilidades de negócios futuros que representam para as empresas. Cabe nos perguntarmos que negócios são esses, como funcionam, qual o seu motor de valorização, que parte cabe a quem no processo informacional e produtivo que se desenha.

Uma hipótese a se investigar é sobre o papel do Estado no capitalismo de vigilância nos países periféricos. Precisamos nos perguntar como os atores internacionais se relacionam com as empresas e governos locais de modo a efetivarem sua presença nesses territórios e estabelecerem as relações que permitem extrair lucros a partir da vigilância informacional. Para as populações mais pobres dos países periféricos, o Estado é o único provedor disponível para serviços como os de saúde, educação, transporte e, muitas vezes, acesso à internet. A população mais rica desses países em geral compra esses serviços a partir de fornecedores privados. Já a parte mais pobre da população recorre ao Estado, que muitas vezes age via políticas públicas que obrigam empresas privadas a atenderem populações mais pobres ou que dão a essas empresas descontos nos impostos.

Porém o Estado, em um ambiente político-econômico de retração e de domínio da ideia neoliberal de redução de sua atuação, vem buscando financiamento para os serviços, ou para a construção da infraestrutura, a partir da venda dos dados e informações derivados da prestação desses serviços para a população. Ou seja, nesse sentido o capitalismo de vigilância e o comércio de dados pessoais aparecem como fatores importantes num tipo de privatização mascarada dos serviços públicos, em que os dados surgem como moeda de troca que serve de base para o financiamento do aluguel da infraestrutura.

Um caso notório nesse sentido é a tentativa de comercialização do sistema de bilhetagem do transporte público no município de São Paulo, a maior cidade do Brasil. Mas a esse caso se pode acrescentar outros, menos notórios e mais corriqueiros, como a crescente privatização de sistemas eletrônicos de gerenciamento escolar, em que uma infraestrutura de informática pública vai sendo substituída pelos aplicativos da suíte *Google Apps for Education*, por exemplo (LAVITS, 2016). Em

ambos os casos, impera a ideia de redução imediata dos custos, não importando as consequências sociais, políticas e econômicas a médio e longo prazo do incremento do capitalismo de vigilância.

A partir de um ponto de vista do individualismo liberal se poderia afirmar que a relação entre consumidores e empresas, entre aqueles que optam por aceitar termos de uso e se utilizar de serviços que incorporam o comércio de dados pessoais como prática, é uma relação livre. O mesmo com certeza não se pode afirmar sobre as populações que usam do transporte público, por exemplo. Para elas, um desconto na passagem de ônibus não é uma questão de escolha, mas de necessidade. Ou seja, não compartilhar dados não é uma opção. E o que temos visto na implementação desses serviços e na relação entre empresas e Estado no Brasil é uma estrutura opaca e desinformada, em que a população desconhece as implicações das tecnologias e é chantageada a oferecer seus dados para conseguir ter acesso aos serviços.

Não vou me alongar aqui, mas a isso se somam as denúncias sobre casos de corrupção de agentes públicos. Multiplicam-se casos em que os agentes do estado primeiro intermediam a compra das tecnologias e, no momento seguinte, passam a trabalhar para as empresas que venderam a tecnologia (Turollo, Seabra, & Pagnan, 2014).

Mas, para finalizar, queria falar de algo que pode parecer contraditório em minha fala, que é fato de que estou me utilizando de conceitos feitos no norte para falar sobre especificidades do sul. Zuboff, no caso, é professora em Harvard, que dificilmente pode ser classificada como uma instituição de resistência ao capitalismo global. Acho que há duas coisas nesse sentido que são importantes de serem explicadas no que estou propondo.

Uma é o uso de conceitos do norte, importados acriticamente e sem reflexão por pesquisadores do sul. Não é isso. Parece-me, é minha hipótese, que o capitalismo de vigilância pode ser entendido como um processo global, mas com funcionamentos que são particulares, que implicam em localização. Ou seja, apontar essa nova fase do capitalismo nos serve por diversos motivos. Cabe a nós produzir novos significados (complementares, mas também possivelmente contraditórios ao conceito inicial) que deem conta de descrever um funcionamento que evidencie a possível persistência e aprofundamento de assimetrias norte-sul.

O funcionamento do capitalismo de vigilância em um sistema econômico global talvez possa,

justamente, ser melhor entendido e demonstrado a partir de um lugar particular. Este é o lugar periférico, mas é também certamente o da preocupação com a concentração da riqueza e com a concentração dos lucros sobre o trabalho de produção de conhecimento. Nesse sentido, entendo a produção de dados pessoais, esses dados que alimentam as tecnologias de Big Data, como produção de conhecimento.

Outra coisa que difere do que estou propondo é uma eventual amarração dos pesquisadores do sul à análise de cenários de suas localidades. Não se trata disso – e esse é inclusive um lugar que a ciência dos países centrais muitas vezes tenta nos colocar. O que estou afirmando, em vez disso, é um lugar a partir do qual é possível olhar e construir instrumentos e conceitos. Um lugar que é um processo de constituição de parentesco, para usar outra palavra da Haraway (2016), um lugar político que não se irmana com os indiferentes às assimetrias de poder, mas com os que querem entendê-las para superá-las.

REFERÊNCIAS

Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 1(5), 7–41.

Haraway, D. J. (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press.

Turollo, R., Seabra, C., & Pagnan, R. (2014, outubro 10). Coronel da PM ajudou multinacional a vender Detecta para governo Alckmin. *Folha de S. Paulo* [versão eletrônica]. Recuperado em 11 de janeiro de 2018 de <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1527186-coronel-da-pm-ajudou-multinacional-a-vender-detecta-para-governo-alckmin.shtml>.

Vaughan, A. (2017, novembro 19). UK trade minister lobbied Brazil on behalf of oil giants. *The Guardian* [versão eletrônica]. Recuperado de <http://www.theguardian.com/environment/2017/nov/19/uk-trade-minister-lobbied-brazil-on-behalf-of-oil-giants>.

LAVITS, Rede Latino-americana de Estudos Sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (2016, janeiro 20). *Comunidade acadêmica pede transparência sobre parceria entre Google e Unicamp*. Recuperado 11 de janeiro de 2018, de <http://lavits.org/comunidade-academica-pede-transparencia-sobre-parceria-entre-google-e-unicamp/?lang=pt>

Greenwald, G. (2014). *No Place to Hide: Edward Snowden, the NSA, and the U.S. Surveillance State*. Nova Iorque: Metropolitan Books.

O’Neil, C. (2016). *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. Nova Iorque: Crown Archetype.

Zuboff, S. (2015). *Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization*. *Journal of Information Technology* 30, 75-89. Recuperado em 18 de janeiro de 2018 de <http://papers.ssrn.com/abstract=2594754>.